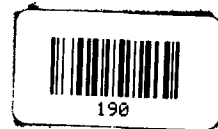
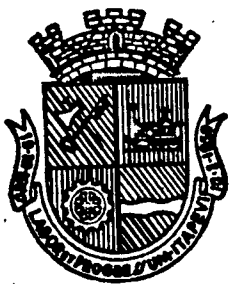


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 040/95

PROJETO N.º 036/95

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

"Institui, no Município de Itapevi, órgão de
Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON ITAPEVI
determinando a criação, na Estrutura Adminis-
trativa, de cargos destinados a compor o corpo
de fiscalização."

Lei 1271/95

DIGITALIZADO
POR ~~ca~~



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 023/95

Itapevi, 07 de julho de 1995

Senhor Presidente,

Tem a presente por finalidade encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, que institui, no Município de Itapevi, órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ITAPEVI, determinando a criação, na Estrutura Administrativa, de cargos destinados a compor o corpo de fiscalização.

Para viabilizar correta análise da propositura em tela, esclareço, a seguir, os motivos que a ensejaram:

Em 06 de setembro de 1994 foi editada, no Município, a Lei nº 1.209, dispondo sobre realização de convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 04, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais pertinentes.

A Lei referida (doc. anexo) determinou a realização do convênio nos termos de instrumento anexo, sendo este a minuta do instrumento respectivo. A criação do órgão de proteção do consumidor a nível municipal, todavia, não foi estabelecida pela Lei em questão. Somente da minuta integrante desta se fez constar a necessidade de sua instituição.

Trata-se, no entanto, de condição essencial para possibilitar a atuação do órgão, visto que o vínculo na Estrutura Administrativa do Município é que viabiliza, à Fazenda Pública, a realização das despesas necessárias para a execução dos serviços (cessão de local específico para atendimento, mobiliário, materiais de trabalho e, inclusive, funcionários, tanto componentes do corpo de fiscalização quanto para realização dos serviços de apoio).

Assim sendo, as condições legais ainda ausentes para possibilitar a prestação de mais este serviço público estão estabelecidas na presente propositura.

Cumprе esclarecer, ainda, que a criação dos cargos definidos no Projeto de Lei é condição essencial para o reconhecimento dos funcionários como responsáveis pela espécie de fiscalização, ou seja, todo agente de fiscalização do órgão deverá portar carteira de identificação da função, de forma que os interessados na prestação do serviço possam adquirir a confiabilidade necessária.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

A referência salarial do cargo de Agente de Fiscalização do PROCON ITAPEVI foi definida em conformidade com o valor constante da Estrutura Administrativa para o cargo denominado Fiscal de Tributos Municipais, considerado equivalente. Também para o cargo de Coordenador de Fiscalização do PROCON ITAPEVI foi observada a equivalência salarial de cargos de mesmo nível de responsabilidade, ou seja, Assessor Administrativo (antigo Assessor Chefe), Encarregado da Zona Azul e Assessor para Meio Ambiente.

Sendo a instituição do PROCON ITAPEVI medida de real interesse da população do Município, dou à matéria o caráter de urgência. Assim sendo, solicito seja a apreciação realizada em sentido de urgência, conforme prerrogativa concedida pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS

17 /

17/03/95
Ridina Cristina Cames
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.209, DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

(Dispõe sobre a realização de convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais pertinentes)

JOÃO CARLOS CARANEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 890, de 05 de julho de 1989.

Itapevi, 06 de setembro de 1994

JOÃO CARLOS CARANEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 06 de setembro de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO - LEI 1.209/94

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA, E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, COM A FINALIDADE DE EXECUÇÃO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, DE PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Pelo presente instrumento, o ESTADO DE SÃO PAULO, por sua SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, com sede nesta Capital, no Pátio do Colégio, nº 148, neste ato representada por seu titular, devidamente autorizado pelo Governador, nos termos do Decreto nº 34.727, de 19 de março de 1992, a seguir denominada simplesmente SECRETARIA, e o MUNICÍPIO DE ITAPEVI, representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.209, de 06 de setembro de 1994, adiante denominado apenas MUNICÍPIO, celebram o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

OBJETO

Cláusula Primeira - O presente convênio tem por objeto o estabelecimento de programa de proteção e defesa do consumidor, com vistas ao cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais e regulamentares pertinentes, abrangendo:

I - cooperação técnica entre a **Secretaria** e o **Município**, para prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor;

II - cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da **Secretaria**, em matéria de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo Único - o órgão de Proteção e Defesa do Consumidor da Prefeitura poderá usar a sigla "PROCON", seguida do nome do Município.

OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Cláusula Segunda - A **Secretaria** se compromete a prestar ao Município assistência material e técnica consistentes em:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

a) fornecimento, nas quantidades que julgar suficientes, de material educativo para esclarecimentos e conscientização da comunidade com relação aos direitos do consumidor, manuais de padronização de atendimento, encaminhamento de reclamações e elaboração de recomendações, além de formulários e fichas necessárias ao funcionamento do serviço;

b) treinamento de servidores públicos, indicados pelo Município, mediante estágio, na forma estabelecida pela Secretaria, objetivando a execução de atividades de proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecer material impresso necessário ao exercício da fiscalização pelo Município;

b) treinar servidores públicos indicados pelo Município para a execução do trabalho de fiscalização;

c) fornecer credenciais de Agentes de Fiscalização aos servidores públicos considerados aptos pela Secretaria após o treinamento de que trata a alínea anterior;

d) manter informado o órgão local sobre a legislação pertinente em vigor; e

e) dar o devido andamento aos processos gerados pelos autos de infração, até a emissão da notificação de recolhimento da multa.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira - O Município se compromete a:

I - quanto a prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) selecionar os servidores públicos destinados a treinamento pela Secretaria;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

c) encaminhar à **Secretaria**, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, até o dia dez (10) de cada mês, relatório dos serviços prestados pelo órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, respondendo aos quesitos formulados pela **Secretaria**; e

d) dar ciência, à **Secretaria**, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, dos convênios, acordos ou trabalhos em conjunto com outras entidades voltadas para a proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação no exercício das atribuições fiscalizatórias da **Secretaria**, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter corpo de fiscalização subordinado ao órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) remeter à **Secretaria**, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, as vias dos autos de infração, para fins de processamento;

c) selecionar servidores públicos destinados a treinamento na **Secretaria**; e

d) enviar relatório mensal, respondendo aos quesitos formulados pela **Secretaria**, relatando os eventuais problemas surgidos no **Município**, a quantidade de autuações feitas e os trabalhos realizados em conjunto com outras entidades.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Quarta - Serão repassados, pelo Estado à Prefeitura, cinquenta por cento (50%) do montante arrecadado com multas derivadas de autos lavrados pelo **Município**.

Parágrafo 1º - Do repasse de verba feito ao **Município**, no mínimo dez por cento (10%) deverão ser obrigatoriamente aplicados para manutenção e aprimoramento dos serviços locais de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo 2º - Para eficiência da cooperação entre a **Secretaria** e o **Município**, haverá uma coordenação dos trabalhos, que caberá à primeira.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

Cláusula Quinta - O presente convênio vigorará pelo prazo de um (01) ano, a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período, automática e sucessivamente, até o limite máximo de cinco (05) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de sessenta (60) dias ou, ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de termo aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação do Governador do Estado.

Cláusula Sexta - Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir as dúvidas acaso originárias deste convênio, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre os convenientes.

São Paulo, ... de ... de 199...

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 036/95

(Institui, no Município de Itapevi, órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ITAPEVI, determinando a criação, na Estrutura Administrativa, de cargos destinados a compor o corpo de fiscalização)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Itapevi, junto à Secretaria de Governo, órgão de Proteção e Defesa do Consumidor, denominado PROCON ITAPEVI.

Art. 2º O PROCON ITAPEVI executará suas funções com a colaboração e apoio técnico da Divisão de Ação Regional da Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON SP, em conformidade com as disposições inseridas em convênio estabelecido com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, autorizado pela Lei Municipal nº 1.209, de 06 de setembro de 1994, objetivando cumprimento, no Município, do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 04, de 26 de setembro de 1962 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor.

Art. 3º Ficam criados, na Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Itapevi, no Quadro de Provimento em Comissão, os cargos cuja denominação, referência salarial e número de vagas constam a seguir, destinados a compor o corpo de fiscalização do PROCON ITAPEVI:

Denominação do Cargo	Referência Salarial	Número de Vagas
Coordenador de Fiscalização do PROCON ITAPEVI	XVI	01
Agente de Fiscalização do PROCON ITAPEVI	XV	02

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

F/9	00	13
Proc. n.º	4531	93
a)		

AUTÓGRAFO N° 034/95

(Projeto de Lei nº 036/95 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

(Institui, no Município de Itapevi, órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ITAPEVI, determinando a criação, na Estrutura Administrativa, de cargos destinados a compor o corpo de fiscalização)

Art. 1º Fica instituído, no Município de Itapevi, junto à Secretaria de Governo, órgão de Proteção e Defesa do Consumidor, denominado PROCON ITAPEVI.

Art. 2º O PROCON ITAPEVI executará suas funções com a colaboração e apoio técnico da Divisão de Ação Regional da Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON SP, em conformidade com as disposições inseridas em convênio estabelecido com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, autorizado pela Lei Municipal nº 1.209, de 06 de setembro de 1994, objetivando cumprimento, no Município, do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 04, de 26 de setembro de 1962 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor.

Art. 3º Ficam criados, na Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Itapevi, no Quadro de Provimento em Comissão, os cargos cuja denominação, referência salarial e número de vagas constam a seguir, destinados a compor o corpo de fiscalização do PROCON ITAPEVI:

Denominação do Cargo	Referência Salarial	Número de Vagas
Coordenador de Fiscalização do PROCON ITAPEVI	XVI	01
Agente de Fiscalização do PROCON ITAPEVI	XV	02

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e nº 02 ao

Projeto de Lei nº 036/95-DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:-

O Projeto em tela tem por escopo criar o PROCON - ITAPEVI, compondo também o seu corpo de fiscalização. O Projeto legalmente instituído, tem ainda como mérito estabelecer condições para que o consumidor no Município encontre meios de se defender dos maus fornecedores em suas transações comerciais.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável ao Projeto conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da propositura.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery,
19 de julho de 1.995

Comissão nº 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOAO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA R. DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

Comissão nº 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL DONCIANO DOS REIS

JOSE F. DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Fis. D. O.	14
Proc. n.º	2581/95
4)	

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data
de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,
20 de julho de 1.995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA
2º Secretário
- em exercício -



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.271, DE 24 DE JULHO DE 1995

(Institui, no Município de Itapevi, órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ITAPEVI, determinando a criação, na Estrutura Administrativa, de cargos destinados a compor o corpo de fiscalização)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Itapevi, junto à Secretaria de Governo, órgão de Proteção e Defesa do Consumidor, denominado **PROCON ITAPEVI**.

Art. 2º O **PROCON ITAPEVI** executará suas funções com a colaboração e apoio técnico da Divisão de Ação Regional da Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON SP, em conformidade com as disposições inseridas em convênio estabelecido com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, autorizado pela Lei Municipal nº 1.209, de 06 de setembro de 1994, objetivando cumprimento, no Município, do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 04, de 26 de setembro de 1962 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor.

Art. 3º Ficam criados, na Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Itapevi, no Quadro de Provimento em Comissão, os cargos cuja denominação, referência salarial e número de vagas constam a seguir, destinados a compor o corpo de fiscalização do **PROCON ITAPEVI**:

Denominação do Cargo	Referência Salarial	Número de Vagas
Coordenador de Fiscalização do PROCON ITAPEVI	XVI	01
Agente de Fiscalização do PROCON ITAPEVI	XV	02

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

publicação.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua

Itapevi, 24 de julho de 1.995.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 24 de julho de 1995.

ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretária de Apoio Administrativo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data
de sua publicação.**

Itapevi, 07 de julho de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos